

Nº 101, segunda-feira, 30 de maio de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

139



DE SPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	48.748,33	-
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	48.748,33	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	50.515.569,37	2.107.772,20
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP = (IV) = (I II a + III b)	-	52.623.341,57

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		700.438.648,00,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,007513%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= >	0,017000 %	119.074.370,16
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= >	0,016150 %	113.120.841,65
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § do art. 59 da LRF) - <= >	0,015300 %	107.167.113,14

Fonte: Sistema Siatf Gerencial, Tesouro Gerencial e Resolução CNJ 177/2013, Unidade Responsável Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento e Finanças, Data da emissão 20/05/2015 e hora de emissão 13:40.

Nota: 1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota: 2 - O limite máximo da despesa com pessoal é estabelecido pelo art. 20, inciso I, alínea "b" para o Poder Judiciário Federal. A Resolução CNJ nº 177/2013 distribui o valor máximo de 6% entre os órgãos integrantes do Poder Judiciário Federal. Ao CNJ coube o limite máximo de 0,017%, o limite prudencial de 0,016150% e o limite de alerta de 0,015300%.

FABYANO ALBERTO STALSCHMIDT PRESTES

Diretor-Geral

SALATIEL GOMES DOS SANTOS

Secretário de Controle Interno

WERNNE PEREIRA E SILVA

Secretário de Orçamento e Finanças

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

PORTARIA Nº 191 DE 24 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal - 1º quadrimestre de 2016.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 54, inciso III, e no art. 55, § 2º, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, bem como no Processo n. CJF-PPN-2016/00005, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre de 2016, na forma do anexo, a ser publicado no Diário Oficial da União e no Portal do Conselho da Justiça Federal.

Art. 2º Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

ANEXO

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2015 A ABRIL DE 2016**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	53.220.613,22	11.537,96	53.232.151,18
Pessoal Ativo	47.947.562,94	11.537,96	47.959.100,90
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.273.250,28	0,00	5.273.250,28
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.331.854,95	0,00	4.331.854,95
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	135.623,29	0,00	135.623,29
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.196.231,66	0,00	4.196.231,66
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	48.888.758,27	11.537,96	48.900.296,23
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			700.438.648,00,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,006980%	0,000002%	0,006982%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= >	0,024639%		172.581.078,48
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= >	0,023407%		163.952.024,56
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <= >	0,022175%		155.322.970,63

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CÉSAR AUGUSTO DO VALLE

Secretário de Administração

JESSE ANDROS PIRES DE CASTILHO

Secretário de Controle Interno

EVA MARIA FERREIRA BARROS

Directora - Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticado digitalmente por ROBERTA BASTOS CUNHA NUNES.
Documento Nº: 1494062.13893104-5419 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



CJFPPN201600005V01

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)

PODER JUDICIÁRIO
 CONSELHO DE JUSTIÇA FEDERAL
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO DE 2015 A ABRIL DE 2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	53.220.613,22	11.537,96	53.232.151,18
Pessoal Ativo	47.947.362,94	11.537,96	47.958.900,90
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.273.250,28	0,00	5.273.250,28
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.331.854,95	0,00	4.331.854,95
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	135.623,29	0,00	135.623,29
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.196.231,66	0,00	4.196.231,66
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	48.888.758,27	11.537,96	48.900.296,23

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	700.438.648.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,006980%	0,000002%	0,006981%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,024639%		172.581.078,48
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,023407%		163.952.024,56
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,022175%		155.322.970,63

FONTE: TESOU GERENCIAL

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CÉSAR AUGUSTO DO VALLE
 Secretário de Administração

JESSE ANDROS PIRES DE CASTILHO
 Secretário de Controle Interno

EVA MARIA FERREIRA BARROS
 Diretora - Geral



CJFPPN201600005V01



Assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO DO VALLE, JESSE ANDROS PIRES DE CASTILHO e EVA MARIA FERREIRA BARROS.
 Autenticado digitalmente por MILTON PEREIRA DE ALBUQUERQUE JUNIOR.
 Documento Nº: 1494062.13883509-5091 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>